



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

TERMO DE REFERÊNCIA - LICITAÇÃO

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de material bibliográfico nacional e estrangeiro para atender a demanda do **Campus Unaí – Instituto de Ciências Agrárias**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO	DESCONTO MÍNIMO ACEITÁVEL	VALOR TOTAL ACEITÁVEL
1	Contratação de empresa especializada apta a fornecer materiais bibliográficos nacionais, na área de ciências biológicas	150515	unidade	205 títulos/529 exemplares	155,26	82.132,54	39,17%	49.961,22
2	Contratação de empresa especializada apta a fornecer materiais bibliográficos nacionais, nas áreas de ciências exatas e da terra	150515	unidade	108 títulos/ 276 exemplares	154,69	42.694,44	39,76%	25.719,13
3	Contratação de empresa especializada apta a fornecer materiais bibliográficos nacionais, na área de ciências humanas	150515	unidade	82 títulos/ 223 exemplares	95,44	21.283,12	39,50%	12.876,29
4	Contratação de empresa especializada apta a fornecer materiais bibliográficos estrangeiros, na área de ciências biológicas	150515	unidade	20 títulos/ 42 exemplares	648,15	27.222,30	29,50%	19.191,72
5	Contratação de empresa especializada apta a fornecer materiais bibliográficos estrangeiros, nas áreas de ciências exatas e da terra	150515	unidade	12 títulos/ 29 exemplares	674,92	19.572,68	32,17%	13.276,15
6	Contratação de empresa especializada apta a fornecer materiais bibliográficos estrangeiros, na área de ciências humanas	150515	unidade	2 títulos/ 6 exemplares	432,09	2.592,54	27,53%	1.878,81
					Total	195.497,62		

- 1.2. *Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.*
- 1.3. *Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.*
- 1.4. *Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º do Decreto n. 8.538, de 2015.*
- 1.5. **Conforme ainda o item II do Art.10 do Decreto n. 8538, referente aos itens da presente licitação, a administração definiu que tais itens serão de ampla concorrência, já que a participação exclusiva de microempresas ou empresas de pequeno porte poderá acarretar em prejuízos na aquisição de livros, considerando a especificidade dos títulos e a demanda por livros estrangeiros, o que poderá acarretar o descumprimento às exigências do Ministério da Educação - MEC.**
- 1.6. O prazo de vigência da contratação é de 130 (cento e trinta) dias contados do(a) aceite da nota de empenho, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.
- 1.7. **Os itens discriminados acima foram incluídos no PAC/2021, de acordo com o disposto no art. 5º, alínea I a IX, da IN nº 1, de 10 de Janeiro de 2019, que dispõe sobre o Plano Anual de Contratações de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.**
- 1.8. **Para os critérios de sustentabilidade, estabelecidos na IN SLTI MPOG Nº 1 19/10/2010, devem ser considerados produtos fornecidos em embalagens de materiais reutilizável, reciclável ou biodegradável, sempre que possível.**
- 1.9. **Devido às características da contratação e com base no caput do Art. 62 da Lei 8.666/93 o instrumento a ser utilizado para formalização desta aquisição será a nota de empenho de despesa, por não resultar em obrigações futuras, inclusive assistência técnica.**

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

- 3.1. *A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.*

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

- 4.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555 de 2000 e do Decreto nº 10.024 de 2019, considerando que, notadamente, possuem padrões de desempenho e de qualidade que podem ser objetivamente definidos, com base em especificações usuais no mercado.

5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

- 5.1. O prazo de entrega dos bens é de **30 dias corridos para produtos nacionais e no máximo 60 dias corridos para produtos importados, a partir do envio da Nota de Empenho ao Licitante, via e-mail, em remessa única, no seguinte endereço: Avenida Universitária, Número: 1000, Bairro: Universitários, Cidade: Unai/MG, CEP: 38616-970**

- 5.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 30 (trinta) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

- 5.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

- 5.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

- 5.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

- 5.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 6.1. São obrigações da Contratante:

- 6.2. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

- 6.3. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

- 6.4. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.5. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.6. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.2. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;

7.3. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.4. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

7.5. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.6. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.7. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. *Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.*

9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

10.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.2. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

10.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.4. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

11.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

11.14. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

11.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.16. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.17. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

11.18. $EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	(6 / 100)	I = 0,00016438
		365	TX = Percentual da taxa anual = 6%

12. DO REAJUSTE

12.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

12.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

12.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

12.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

12.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

13. **DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

13.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:*

13.2. *Por se tratar de uma aquisição de livros bibliográficos não há risco para sua inexecução.*

14. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

14.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

14.2. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

14.3. ensejar o retardamento da execução do objeto;

14.4. falhar ou fraudar na execução do contrato;

14.5. comportar-se de modo inidôneo;

14.6. cometer fraude fiscal;

14.7. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

14.8. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

14.9. multa moratória de 10 % (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite 15 (quinze) dias;

14.10. multa compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

14.11. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

14.12. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

14.13. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

14.14. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 16.1 deste Termo de Referência.

14.15. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

14.16. As sanções previstas nos subitens 14.2.1, 14.2.5, 14.2.6 e 14.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

14.17. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

14.18. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

14.19. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

14.20. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

14.21. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

14.22. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

14.23. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.24. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

14.25. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.26. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

14.27. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

14.28. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

- 14.29. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
15. **ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.**
- 15.1. O valor de referência ou valor máximo aceitável para a contratação, para fins de aplicação do maior desconto, será de:
- 15.1.1. item 1: R\$ 82.132,54
- 15.1.2. item 2: R\$ 42.694,44
- 15.1.3. item 3: R\$ 21.283,12
- 15.1.4. item 4: R\$ 27.222,3
- 15.1.5. item 5: R\$ 19.572,68
- 15.1.6. item 6: R\$ 2.592,54
16. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.**
- 16.1. A dotação orçamentária foi apresentada pela Pró-reitoria de Planejamento e Orçamentos conforme abaixo:
- 16.2. Natureza da Despesa: 449052
- 16.3. Sub-elemento Despesa: 18
- 16.4. Plano Interno (PI): M8282G6029N / M8282G6088N
- 16.5. Fonte do recurso: 8100000000
- 16.6. Programa Trabalho Resumido (PTRES): 169521
- 16.7. CatSer: Não se aplica
- 16.8. O impacto da despesa tem adequação orçamentária e financeira com a LOA, compatibilidade com o PPA e com a LDO e está previsto no orçamento da UFVJM
17. **DO FORO**
- 17.1. É eleito o Foro da Subseção Judiciária de Unaí (Justiça Federal) para dirimir os litígios que decorrerem da execução desta licitação/contratação que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Unaí, 26 de agosto de 2021.

SÉRGIO MACEDO SILVA

Coordenador do Curso de Agronomia

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico – Compras

Atualização: Outubro/2020

APÊNDICE

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – IN 40/2020

OBJETO: Aquisição de acervo bibliográfico nas áreas das ciências nas áreas de ciências Exatas e da Terra, Ciências biológicas e Ciências Humanas Multidisciplinar / Interdisciplinar para atender a demanda do Instituto de Ciências Agrárias - ICA do campus de Unaí da UFVJM

1 – Informações Básicas:

Processo Administrativo n.º 23086.002702/2021-63

2 – Descrição da necessidade da contratação:

A demanda de aquisição de material bibliográfico nacional e estrangeiro para atender a demanda do curso de Agronomia do Instituto de Ciências Agrárias - ICA do campus de Unaí da UFVJM, e o Sistema de Biblioteca da UFVJM – SISBI, objetiva-se a ampliar e atualizar o acervo bibliográfico de forma a contribuir com o desenvolvimento adequado do ensino, da pesquisa, da extensão e atividades científicas e culturais desenvolvidas pela UFVJM, bem como adequar o acervo às bibliografias básicas e complementares do curso de Agronomia às exigências do Ministério da Educação – MEC.

Esses materiais são necessários para os acadêmicos, já que integram as referências bibliográficas do Projeto Pedagógico Curricular – PPC do curso de Agronomia ofertado pelo Instituto de Ciências Agrárias – ICA do campus de Unai da UFVJM. Assim contribuindo para a incrementação do acervo bibliográfico e suprimindo as necessidades informacionais de sua comunidade acadêmica e melhoria na prestação de serviços aos usuários da biblioteca do Campus de Unai.

Além disso, tal aquisição contribuirá para o desenvolvimento adequado do ensino, da pesquisa, da extensão e de todas as atividades científicas e culturais desenvolvidas pela Instituição, implicando também em atender às avaliações periódicas realizadas pelo MEC. O cumprimento dessa exigência é um critério importante para aprovação ou renovação de cursos quando da avaliação feita pelo MEC.

3- Área Requisitante e Responsável

Área Requisitante	Responsável
Instituto de Ciências Agrárias - ICA	Leandro Augusto Felix Tavares
Sistema de Bibliotecas da UFVJM - SISBI	Anderson César de Oliveira Silva

4 - Descrição dos Requisitos da Contratação

Trata-se de licitação por Pregão Eletrônico pelo julgamento Maior Desconto para a contratação de fornecedor de material bibliográfico pleiteado neste processo.

Assim, requer a seleção de pessoa especializada para prover títulos solicitados nas áreas Ciências Exatas e da Terra, Ciências biológicas e Ciências Humanas Multidisciplinar/ Interdisciplinar, mediante a bibliografia do Projeto Pedagógico Curricular - PPC do curso de Agronomia, a fim de adquirir as obras listadas pelos docentes no referido PPC.

A pretensa contratação seguirá os seguintes requisitos básicos:

- 1) A Diretoria do Instituto de Ciências Agrárias enviará, via e-mail institucional, a listagem dos títulos demandados pelos seus cursos e suas respectivas quantidades;
- 2) A Chefia da Biblioteca do Campus de Unai enviará à distribuidora, via e-mail institucional, a listagem com os títulos e as quantidades dos materiais bibliográficos a serem adquiridos, para orçamento;
- 3) A distribuidora retornará, o e-mail com o orçamento dos materiais solicitados, como também, a relação dos títulos não localizados ou esgotados, se for o caso. O orçamento deve conter o valor por título solicitado, de acordo com o catálogo (impresso ou on-line) e/ou tabela de preços da editora, e o desconto proposto. O prazo para envio do orçamento pela CONTRATADA é de até 10 (dez) dias úteis a partir do envio da solicitação de orçamento pela Chefia da Biblioteca do Campus de Unai via e-mail institucional.
- 4) Aprovado o orçamento pela CONTRATANTE, os livros serão solicitados (formalmente) mediante requisição de fornecimento feita por escrito, podendo ser encaminhada à CONTRATADA pelos seguintes meios: via postal com a prova de recebimento ou por correio eletrônico. No entanto, caso o orçamento não seja aprovado, a Chefia da Biblioteca do Campus de Unai informará o(s) motivo(s), por escrito, via e-mail institucional, à Distribuidora e concederá prazo de resposta de 24 (vinte e quatro) horas a contar do horário em que foi remetido o referido e-mail.

No referido orçamento, deverão ser indicados, além de outros elementos: o ISBN, título, o nome do autor e a editora. O orçamento deverá ser válido pelo período mínimo de 60 dias contados da data do recebimento pela CONTRATANTE.

O prazo de entrega do material solicitado pela CONTRATANTE é de 60 (sessenta) dias corridos, a partir da requisição de fornecimento, via e-mail da Chefia da Biblioteca do Campus de Unai.

A entrega deve ser feita, em remessa única no seguinte endereço: Instituto de Ciências Agrárias - ICA, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM, Avenida Universitária, nº 1.000, B. Universitários, CEP 38610-000, Unai - MG.

Caso seja necessário, A CONTRATADA poderá fazer o agendamento da entrega do material pelo telefone (38) 3677 9950 ou pelo e-mail: bibliotecaunai@ufvjm.edu.br, sendo que as entregas deverão ser realizadas em dias úteis e nos seguintes horários: das 08:00 às 11:30 horas e das 13:00 às 16:00 horas.

Para a aquisição dos materiais bibliográficos, objeto deste ETP a contratada deverá observar, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental, contidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SLTI/MPOG e no Decreto nº. 7.746, de 05/06/2012, da Casa Civil, da Presidência da República.

5 - levantamento de mercado, que consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções, podendo, entre outras opções:

a) ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração; e

b) ser realizada consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições.

Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 10.024, de 2019, considerando que, notadamente, possuem padrões de desempenho e de qualidade que podem ser objetivamente definidos, com base em especificações usuais no mercado. Para este tipo de aquisição existe um grande número de fornecedores disponíveis no mercado.

As possibilidades para aquisição são: pregão em sua forma presencial, pregão eletrônico, dispensa, inexigibilidade e adesão.

- Pregão em sua forma presencial não é o ideal devido ao fato que há uma menor abrangência na participação de licitantes neste tipo de processo, prejudicando, desta forma, a participação de um maior número de empresas de várias localidades e também na busca da competitividade do menor preço na fase de lances.

- Dispensa foi descartada uma vez que os itens que se pretende adquirir não se aplica aos casos de dispensa de licitação previstos no art. 24 da Lei nº 8666/93;

- É inexigível a licitação quando há inviabilidade de competição, conforme art. 25 da Lei nº 8666/93, sendo assim essa opção foi desconsiderada;

- Considerando a natureza dos itens que se pretende adquirir a adesão foi descartada, não teríamos tempo hábil e não seria processualmente econômico para administração;

- Opta-se por utilizar o pregão eletrônico, além do fato de haver uma maior participação e disputa entre os fornecedores, como também de atender aos preceitos das hipóteses previstas no Art. 3º e seus incisos, do decreto 7892/13:

Foi considerado também que esta licitação é para a contratação de vários títulos que, apesar de integrarem as referências bibliográficas do Projeto Pedagógico Curricular – PPC do curso de Agronomia ofertado pelo Instituto de Ciências Agrárias – ICA, podem não estar disponíveis no mercado para a aquisição (títulos esgotados). Sendo assim, caso licitássemos título por título no pregão correríamos o risco da não contratação de certos livros, o que causaria prejuízos em termos orçamentários, pois a nota de empenho teria que ser cancelada, considerando não haver o produto disponível no mercado, e em termos de atendimento ao PPC, pois não haveria outra alternativa a ser adotada para suprir a demanda do curso.

Realizando a licitação por "preço de capa", conforme delineado no item "4 - Descrição dos Requisitos da Contratação" deste ETP a definição dos títulos a serem adquiridos somente ocorrerá na ocasião da solicitação de compra. Assim, se porventura, caso algum título não esteja mais disponível no mercado, a UFVJM poderá adequar o seu PPC de modo a não sofrer prejuízos em termos de disponibilidade de bibliografia.

Acrescenta-se que foi realizada uma pesquisa no Painel de Preços acerca da presente aquisição, para fundamentar a escolha da Administração pela aquisição por item ou por maior desconto sobre "preço de capa" dos títulos. Sendo que após análise entendeu-se pela escolha da aquisição utilizando o modelo de aquisição por área do conhecimento, sendo que isso não restringirá a competição no processo licitatório, e possibilitará a aquisição dos livros necessários e atuais para a instituição.

Sobre esse assunto, cita-se acórdão do Tribunal de Contas da União:

Nas contratações para *aquisição* de livros didáticos ou para bibliotecas, é permitido o uso do modelo de '*aquisição* por área do conhecimento', em que o objeto não é dividido em itens, mas sim parcelado em grupos temáticos sem a indicação prévia dos *livros* a serem adquiridos, os quais serão demandados posteriormente. Para tanto, a licitação será do tipo 'maior desconto', que deverá incidir sobre o preço dos *livros* listados nos catálogos oficiais das respectivas editoras. (Acórdão 180/2015-Plenário. Data da sessão: 04/02/2015. Relator BRUNO DANTAS)

Por fim, optou-se pela realização de licitação por maior desconto sobre "preço de capa" dos títulos de determinadas áreas do conhecimento por se demonstrar mais adequado à disponibilidade de fornecimento do material pelo mercado e por ser uma prática consolidada e amplamente utilizada por diversas instituições públicas em suas contratações, conforme orçamentos apresentados.

6 - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso, acompanhada das justificativas técnica e econômica da escolha do tipo de solução;

As aquisições da instituição em atendimento ao dispositivo legal, são realizadas visando garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Portanto, a aquisição almejada deverá ser realizada respeitando estes preceitos.

Devido às características da contratação e por se tratar de material permanente, não há necessidade de manutenção e de assistência técnica.

7 - estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

Esta aquisição visa a contratação de empresa que forneça materiais bibliográficos para atender a demanda do PPC do curso de Agronomia ofertado pelo ICA – Campus Unai, da UFVJM. Assim, poderá ser disponibilizado aos seus discentes o acesso aos materiais bibliográficos que auxiliarão na construção do saber e apoiar as atividades típicas da universidade, ou seja, o ensino, a pesquisa e a extensão. Na última avaliação

do MEC, a bibliografia do curso de Agronomia disponível foi avaliada como não pertinente ao solicitado (NSA) por não contemplar material didático no PPC (Indicador 1.18 - Material Didático, do INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO do MEC).

Sendo assim, realizou-se um levantamento dos títulos da bibliografia básica (mínimo de três referências) e complementar (mínimo de cinco referências) em cada unidade curricular (obrigatórias e eletivas) do curso, bem como do número de exemplares de cada título relacionado para se chegar às quantidades a serem contratadas. Considerou-se ainda na presente estimativa, o número de vagas ofertadas pelo curso de Agronomia (25 vagas semestrais) e o recurso financeiro potencialmente disponível para tal aquisição.

Para otimizar o processo de licitação, os títulos foram divididos nas grandes áreas (quantitativo estimado): Ciências Biológicas (225 títulos e 571 exemplares), Ciências Exatas e da Terra (120 títulos e 305 exemplares) e Ciências Humanas (84 títulos e 229 exemplares), respectivamente. Os títulos foram ainda divididos quanto ao idioma, obtendo-se a seguinte distribuição: Ciências Biológicas (205 nacionais e 20 estrangeiros); Ciências Exatas e da Terra (108 nacionais e 12 estrangeiros); e Ciências Humanas (82 nacionais e 2 estrangeiros).

ITEM	DESCRIÇÃO	ESTIMA. DE QUANT. DE TÍTULOS/ EXEMPLARES	PERCENTUAL MÍN. DE DESCONTO	VALOR TOTAL ESTIMADO	VALOR UNITÁRIO
MATERIAL BIBLIOGRÁFICO NACIONAL: R\$ 146.110,81					
01	Contratação de empresa especializada apta a fornecer materiais bibliográficos nacionais, na área de ciências biológicas	205 títulos/ 529 exemplares	39,17%	R\$ 82.134,63	R\$ 155,26
02	Contratação de empresa especializada apta a fornecer materiais bibliográficos nacionais, nas áreas de ciências exatas e da terra	108 títulos/ 276 exemplares	39,76%	R\$ 42.694,03	R\$ 154,69
03	Contratação de empresa especializada apta a fornecer materiais bibliográficos nacionais, na área de ciências humanas	82 títulos/ 223 exemplares	39,50%	R\$ 21.282,15	R\$ 95,44
MATERIAL BIBLIOGRÁFICO ESTRANGEIRO: R\$ 49.387,53					
ITEM	DESCRIÇÃO	ESTIMA. DE QUANT. DE TÍTULOS/ EXEMPLARES	PERCENTUAL MÍN. DE DESCONTO	VALOR ESTIMADO	VALOR UNITÁRIO
04	Contratação de empresa especializada apta a fornecer materiais bibliográficos estrangeiros, na área de ciências biológicas	20 títulos/ 42 exemplares	29,50%	R\$ 27.222,46	R\$ 648,15
05	Contratação de empresa especializada apta a fornecer materiais bibliográficos estrangeiros, nas áreas de ciências exatas e da terra	12 títulos/ 29 exemplares	32,17%	R\$ 19.572,53	R\$ 674,92
06	Contratação de empresa especializada apta a fornecer materiais bibliográficos estrangeiros, na área de ciências humanas	2 títulos/ 6 exemplares	27,53%	R\$ 2.592,54	R\$ 432,09
VALOR TOTAL				R\$ 195.498,34	

A lista de unidades curriculares, bem como dos títulos e seus respectivos quantitativos e valores levantados junto a distribuidoras e sites de vendas encontra-se disponível no Anexo I (Processo SEI no. 23086.002702/2021-63, Anexo 0377224).

8 - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

O critério adotado será o de Maior Desconto sobre o "preço de capa" dos títulos, ou seja, sobre os preços da editora.

O valor estimado dessa contratação é de R\$ 195.498,34 (cento e noventa e cinco mil, quatrocentos e noventa e oito reais e trinta e quatro centavos). O valor estimado para material bibliográfico nacional é de R\$ 146.110,81 (cento e quarenta e seis mil, cento e dez reais e oitenta e um centavos) e para material bibliográfico estrangeiro de R\$ 49.387,53 (quarenta e nove mil, trezentos e oitenta e sete reais e cinquenta e três centavos).

Conforme preceitua a IN 73/2020, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, foram utilizados os seguintes parâmetros de pesquisa:

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - Pannel de Preços, disponível no endereço eletrônico gov.br/panneldeprecos, desde que as cotações refiram-se a aquisições ou contratações firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

II - aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório, contendo a data e hora de acesso; ou

IV - pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório.

Considerando que a licitação terá como critério de julgamento o "maior desconto", foram realizadas pesquisas no Pannel de Preços por licitações também realizadas nesta mesma modelagem.

ITEM	DESCRIÇÃO	(1) DESCONTO HOMOLOGADO UASG 158658 PREGÃO 47/2020	(2) DESCONTO HOMOLOGADO UASG 153019 PREGÃO 01/2021	(3) DESCONTO HOMOLOGADO UASG 158973 PREGÃO 01/2020	DESCONTO MÉDIO
01	Contratação de empresa especializada apta a fornecer materiais bibliográficos nacionais, na área de ciências biológicas	38,50%	40%	39,00%	39,17%
02	Contratação de empresa especializada apta a fornecer materiais bibliográficos nacionais, nas áreas de ciências exatas e da terra	39,80%	40%	39,50%	39,76%
03	Contratação de empresa especializada apta a fornecer materiais bibliográficos nacionais, na área de ciências humanas	39,01%	40%	39,50%	39,50%
04	Contratação de empresa especializada apta a fornecer materiais bibliográficos estrangeiros, na área de ciências biológicas	UASG 154032 PREGÃO 18/2020 42,50%	UASG 152253 PREGÃO 09/2020 21,00%	25,00%	29,50%
05	Contratação de empresa especializada apta a fornecer	UASG 154032	UASG 152253	25,00%	32,17%

	materiais bibliográficos estrangeiros, nas áreas de ciências exatas e da terra	PREGÃO 18/2020 42,50%	PREGÃO 09/2020 29,00%		
06	Contratação de empresa especializada apta a fornecer materiais bibliográficos estrangeiros, na área de ciências humanas	UASG 154032 PREGÃO 18/2020 42,50%	UASG 158383 PREGÃO 03/2020 15,10%	25,00%	27,53%

9 - justificativas para o parcelamento ou não da solução, se aplicável;

No processo licitatório, a adjudicação, em regra, se dá por item, nos termos do art. 23, § 1º, da Lei 8.666/1993 e da Súmula/TCU 247, a saber:

Art. 23: [...] § 1º As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

[...] Súmula nº 247 TCU - É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

A presente aquisição será dividida em itens que correspondem às grandes áreas do conhecimento, não só aumentando a competitividade entre os concorrentes, obtendo preços melhores, como também diminui as possibilidades do pregão dar deserto, uma vez que os preços dos livros e até mesmo o percentual de desconto divergem muito entre as áreas.

10 - contratações correlatas e/ou interdependentes;

Não se aplica a essa contratação.

11 - demonstração do alinhamento entre a contratação e o planejamento do órgão ou entidade, identificando a previsão no Plano Anual de Contratações ou, se for o caso, justificando a ausência de previsão;

O Plano De Desenvolvimento Institucional – 2017-2021, item 3.3.2., Sistema de Bibliotecas – SISBI, prevê meta para o desenvolvimento e atualização do acervo das bibliotecas:

Meta 3: Atualização e manutenção do acervo.

Objetivo: Garantir a manutenção e atualização do acervo informacional das bibliotecas.

Ações: 1. Atender às bibliografias básicas e complementares dos cursos em números suficientes para atender a determinação do MEC; 2. Manter o acervo atualizado e condizente com as necessidades dos cursos; 3. Contemplar a demanda de usuários; e 4. Adquirir livros eletrônicos ou biblioteca virtual.

Observando as diretrizes da IN nº 1, de 10 de Janeiro de 2019, que dispõe sobre o Plano Anual de Contratações de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e sobre o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações, esta aquisição estará prevista no PAC 2021, de acordo com o disposto no seu art. 5º, alínea I a IX.

Os itens da presente contratação estão aprovados no PAC 2021 sob as seguintes operações: 12004, 12005, 12006, 12007, 12008 e 12009 (Processo 23086.007033/2021-16, Despacho 0386833).

12 - resultados pretendidos, em termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável;

Almeja-se atualizar e a ampliar o acervo do curso de Agronomia; disponibilizar os materiais bibliográficos que auxiliarão na construção do saber dos usuários das bibliotecas; contribuir com o desenvolvimento adequado do ensino, da pesquisa e das atividades científicas e culturais desenvolvidas pela UFVJM; adequar os acervos às demandas do PPC do curso de Agronomia; e atender ao quantitativo exigido pelo MEC para a renovação do curso.

13 - providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização.

Não se aplica capacitação dos servidores nem se faz necessária adequação do ambiente, uma vez que o material bibliográfico será armazenado na Biblioteca Campus Unai, que dispõe de espaço adequado para armazenamento do material.

14 - possíveis impactos ambientais e respectivas medidas de tratamento;

Todo material impresso gera impacto ambiental, na tentativa de minimizar esses impactos no Termo de Referência será previsto os seguintes itens:

"que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2";

"que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – (INMETRO) como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares"

"que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento"

"que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo, hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs)".

15 - posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação.

Diante do exposto no presente Estudo Técnico Preliminar, consoante o inciso XIII, art. 7º da IN 40 de 22 de maio de 2020, declaramos que a presente contratação é viável, de forma que nos manifestamos favoráveis à continuidade.

Com base nos elementos anteriores do presente documento de estudos preliminares, DECLARAMOS que:

(X) É VIÁVEL a presente contratação.

() NÃO É VIÁVEL a presente contratação.

15.1 Justificativa da Viabilidade

Em razão do estudo realizado, esta contratação demonstra-se como viável e imprescindível ao atendimento das demandas do órgão.

16. CPF dos Responsáveis

Alceu Linares Pádua Junior - CPF: 213692538-50

Paulo Roberto Ramos Barbosa - CPF: 080586346-03

Gicele Silva Rodrigues - CPF: 547354751-68

Joana D'arc Pereira de Jesus - CPF: 719253411-00

Paulo Sérgio Cardoso Batista - CPF: 107956706-21

Diamantina, 2021.

Equipe do Estudo Técnico Preliminar

Portarias/PROAD Nº 64 de 09 de março de 2021 e Nº 83 de 06 de abril de 2021



Documento assinado eletronicamente por **Sergio Macedo Silva, Coordenador(a)**, em 26/08/2021, às 14:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0446381** e o código CRC **663C2415**.